

O PEDAGOGO E A QUESTÃO “AMBIENTAL” NA AMAZÔNIA

Lucas de Vasconcelos Soares¹

lu.cas.soares@bol.com.br

Marilene Maria Aquino Castro de Barros²

lindaobidos@gmail.com

19

RESUMO

O estudo visa analisar a função do Pedagogo na contemporaneidade sob o enfoque da Educação Ambiental na região amazônica do Brasil, partindo de intervenções socioeducativas realizadas por acadêmicos de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará no município de Óbidos/PA. Dentre os objetivos propostos, buscou-se historicizar as problemáticas ambientais e seus efeitos no *locus* investigado; e sistematizar as intervenções realizadas, focalizando na relação homem e natureza e no alcance da conscientização ambiental e do empoderamento popular, somando-se as discussões em torno das políticas públicas nesse processo. As análises realizadas são fruto de uma pesquisa de campo, cujos resultados revelam a incipiência do poder público na formulação de políticas de cunho protecionista e assistencialista em uma área ambiental em avançado processo de degradação e riscos rotineiros. Afirmam ainda que o Pedagogo assume grande importância na conscientização e no empoderamento popular, sendo este um agente transformador de uma realidade sucumbida à ação do tempo e ao massivo e excludente sistema capitalista. Desse modo, a educação ambiental constitui um importante passo na concretização da figura do Pedagogo como um dos responsáveis pelo desenvolvimento social e preservação de direitos dos menos favorecidos, especialmente, na Amazônia brasileira em meio as suas singularidades. **Palavras-chave:** Educação Ambiental; Políticas Públicas na Amazônia; Realidade Amazônica.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos é comum nos depararmos com graves acontecimentos envolvendo fenômenos naturais pelo mundo, até mesmo no Brasil, ocasionando na perda de bens materiais e, lamentavelmente, ceifando vidas e propagando um futuro comprometido as atuais e vindouras gerações, em uma sociedade cuja atuação guia-se na perspectiva de exploração e acúmulo de riquezas em prol do capital. Nesse cenário, é fundamental a (re)construção histórico-social dos fatores que levaram a tais ocorrências, inclusive dos consequentes deixados por estas, exercício este fundamental para a defesa e preservação de direitos básicos que proporcionem dignidade e qualidade de vida a pessoa humana.

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Especialista em Gestão Escolar. Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela UFOPA, Campus Óbidos. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR/UFOPA”.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Presidenta da Academia Artístico e Literária de Óbidos.

No contexto brasileiro, no ano de 2019, a tragédia de Brumadinho³, talvez uma das maiores de caráter ambiental no país, acaba por ilustrar uma série de fragilidades que circundam a atuação dos órgãos competentes em torno da questão ambiental, bem como a devastação causada por grandes empresas que exploram o ambiente em busca do acúmulo de riquezas. O acontecimento em si demonstra um enfraquecimento das políticas públicas e a massiva atuação do sistema capitalista, boicotando todos os empecilhos sobrepostos à exploração e apropriação da terra, bem como de forças humanas produtoras de bens.

Em uma sociedade marcada por inúmeras inovações tecnológicas, com o advento do galopante processo de globalização, ao tratar da questão ambiental na contemporaneidade, podemos imaginar, a priori, que ainda podemos viver apregoados pela ideologia neoliberal, cuja ideia de “plante uma árvore”, “não jogue lixo nas ruas” e outros sejam suficientes para contribuir no combate a devastação do meio ambiente. Pelo contrário, ações como estas precisam estar presentes, ao mesmo tempo em que devem ser superadas. O foco agora está em contestar as políticas públicas, analisar os movimentos estatais de exploração da terra e as intervenções ambientais realizadas por grandes empresas. Enfim, agora é exercer o papel de cidadão ativo em uma luta pela proteção e intocabilidade dos espaços naturais existentes.

Este exercício não é algo simples, porém, é possível de ser alcançado. Trata-se de uma ação crítico-reflexiva, na qual os indivíduos possam entender o seu papel interventivo em problemáticas dessa natureza, compreendendo que o direito ao meio ambiente não é um privilégio, mas sim fruto de uma luta travada ao longo dos anos. Portanto, conceber este cidadão como um ser transformador de sua realidade, inculcando nele a ideia de luta e resistência contra os mecanismos neoliberais de uma sociedade corrompida, constitui a base do movimento coletivo, do bem comum e representatividade social. Sob essa perspectiva, a Constituição Federativa do Brasil de 1988, no que tange ao meio ambiente, determina que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Partindo desse compromisso definido legalmente, ao adentrar no cenário amazônico, por exemplo, é possível verificar que a gravidade dos problemas ambientais e a incipiência do poder público só aumentam, dado que as típicas características da região, influenciada por

³ Referente à tragédia ocorrida no município de Brumadinho/MG, em 25 de janeiro de 2019, com o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério, deixando um total de 252 mortos e 18 desaparecidos.

fenômenos naturais e fatores de ordem econômica, política e social, condicionam um espaço favorável à ocorrência de desastres. Igualmente, no Estado do Pará, no norte do Brasil, tais acontecimentos se mostram com bastante frequência, dado que diante das inúmeras riquezas naturais existentes, incontáveis empresas são atraídas para a região, causando depredação em grandes áreas, resultando no enfraquecimento do solo e no desmoronamento de encostas, as quais tendem a causar incontáveis prejuízos à vida das populações ribeirinhas que residem às margens dos rios, povo este que sofre, tanto pelas condições naturais da região como pelas consequências da atuação do homem em prol do acúmulo de capital.

É nesse cenário que o estudo direciona-se a realidade do município de Óbidos/PA, localizado na Amazônia Brasileira, cujo cenário ambiental caracteriza-se pelos rotineiros deslizamentos de terras em áreas urbanas centrais, próximas ao rio. De início, a escolha do *locus* se justifica pela inicial imagem de “acomodação” repassada pelo poder público em prol de um problema grave de ordem social, dado que é visível a inexistência de legislações, ações e outros direcionados na incumbência de resolução deste. Daí justifica-se o fato de um grupo de acadêmicos da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Campus Óbidos, durante o componente curricular “Educação Ambiental”, optarem pela realização de estudos na problemática ambiental descrita, pois, até o momento, não se contempla nenhuma ação sobre esta. Pela iniciativa reafirma-se um compromisso do Pedagogo com o seu meio social.

Sob essa perspectiva, o estudo visa analisar a função do Pedagogo na contemporaneidade sob o enfoque da Educação Ambiental na região amazônica do Brasil, partindo de intervenções socioeducativas realizadas por acadêmicos de Pedagogia da UFOPA no município de Óbidos/PA.

Dos objetivos propostos, buscou-se historicizar as problemáticas ambientais e seus efeitos no *locus* investigado; e sistematizar as intervenções realizadas, focalizando na relação homem e natureza e no alcance da conscientização ambiental e do empoderamento popular, somando-se as discussões em torno das políticas públicas nesse processo.

As análises realizadas são fruto de uma pesquisa de campo, contemplando, como técnicas de coleta de dados, o uso de: 1) Pesquisa bibliográfica, de estudos realizados sobre o tema; 2) Observação empírica, no *locus* da pesquisa; e 3) Análise documental, em legislações e projetos de cunho ambiental, acrescido da seleção de registros fotográficos históricos.

Do embasamento teórico utilizado, o estudo centra-se, inicialmente, nas discussões de Barba e Cavalari (2018), Contreras (2012), Freitas (2016) e Oliveira (2012), seguido pelas contribuições de outros estudiosos do tema. Além disso, ancora-se em documentos de base legal, entre estes: a Constituição Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Nº 9.795/1999.

Este artigo está composto de dois blocos de análises: a questão ambiental em Óbidos/PA: passado, presente e futuro no centro do debate, historicizando um problema ambiental e seus efeitos na realidade investigada, contemplando a ação humana e governamental nesse processo; e atuações socioeducativas de Pedagogos: caminhos à conscientização e o empoderamento popular, discutindo, a partir de intervenções realizadas, o papel do Pedagogo e das políticas públicas na temática, trazendo proposições para a região amazônica do Brasil. A seguir, discutiremos cada uma destas.

2 A QUESTÃO AMBIENTAL EM ÓBIDOS/PA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO NO CENTRO DO DEBATE

Muito tem se colocado em pauta, na agenda das grandes discussões do século XXI, os debates acerca da Amazônia, projetando-a como uma área de grandes interesses e potenciais econômicos diversos, nunca dando ênfase ao sentido ecológico-ambiental de um biorregionalismo recorrente pela valorização das espécies humanas, animais e vegetais existentes. Do contrário, a ênfase está nos meios de rentabilidade que tais discursos “protecionistas” tendem a viabilizar aos que detêm partes do capital. Entende-se, portanto, que a injustiça social e ambiental no Brasil é fruto de um olhar imediatista e individualista das classes dominantes que operam mecanismos de exclusão social (SATO, 2005).

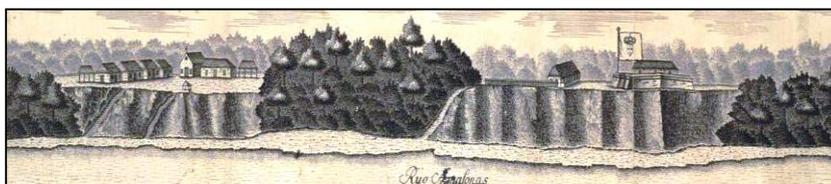
Sob a perspectiva de um cenário ambiental precário, apresenta-se uma análise no município de Óbidos/PA a fim de historicizar como as problemáticas ambientais vêm se consolidando, destacando seus efeitos na realidade observada e refletindo o passado, o presente e o futuro de uma terra desvanecida pelo tempo e pelo poder público. Inicialmente, destaca-se que, dentre as inúmeras problemáticas locais existentes, optou-se pela contextualização de apenas uma que, por sinal, é a mais preocupante entre os moradores. A escolha se justifica pela grandiosidade que tal problema representa no contexto social. Assim, guiam-se as análises em torno da área ambiental conhecida como “barreira de Óbidos”.

Posicionado estrategicamente na Amazônia Brasileira, Óbidos é um pequeno município do Estado do Pará com uma população estimada em 52.137 habitantes (IBGE, 2019), cujo espaço possui inúmeras riquezas naturais e áreas ambientais, entre lagos, igarapés, praias, florestas, cachoeiras e outros. Entre estes, encontra-se a Barreira de Óbidos, cujo enorme barranco faz frente com o caudaloso rio Amazonas, ocupando cerca de 20 metros de altura e mais de 2km circundante do perímetro urbano, caracterizando-se pela presença de barro e argila

em sua estrutura com predominância na cor avermelhada. A área possui uma vegetação diversificada com a presença de espécies nativas. Negativamente, tem se tornado um depósito de lixo no decorrer dos anos, formando enormes buracos no entorno.

Nos arredores da área temos algumas edificações muito próximas às margens do barranco, entre prédios históricos, alguns inclusive tombados como patrimônio material pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pontos comerciais e residências, cujos habitantes e usuários convivem, diariamente, com o perigo do desabamento, pois, conforme os anos avançam, o processo de degradação só aumenta, ocasionando em pequenos acidentes de ordem material que, somado a força das enxurradas⁴ amazônicas, torna o risco de deslizamento de terras uma prática frequente. A figura seguinte, pintura feita por um artista local, representa a área no período da colonização por volta de 1697.

Figura 1 – Pintura representando a área da barreira de Óbidos no período da colonização em 1697.



Fonte: Museu Integrado de Óbidos/PA, 2000.

Inicialmente, pela figura de número 1, torna-se visível à inexistência de casas na parte de baixo do grande barranco, bem como a presença da vegetação natural na área, verificando-se ainda que, no alto da colina, algumas construções começam a aparecer, porém, trata-se de estruturas pequenas, justificadas pelo período em questão, a colonização portuguesa estratégica na região. Conforme a instalação de uma frente religiosa em Óbidos e o advento da economia obidense pelo cacau, fruto típico da época, dá-se início a um desordenado processo de urbanização e ocupação dos espaços, inclusive nos arredores da barreira, fator este imbricado na perda de sua naturalidade, enquanto espaço ambiental. Na contemporaneidade dos anos 2000, a figura seguinte representa o início de um extenso e grandioso problema na barreira de Óbidos.

Figura 2 – Primeiro deslizamento de terra mapeado na área da barreira de Óbidos em 2002.

⁴ Também chamada de “águas selvagens”, trata-se de grande quantidade de água que corre com violência, resultante de fortes chuvas, ocasionando em destruição de espaços por onde estas passam.



Fonte: Site Chupa Osso, 2002.

24

Em 2002, durante uma pequena chuva no início da tarde, algumas pessoas ouviram estrondos próximos à área, deixando os moradores preocupados com a situação ocorrida, visto que, no referido momento, uma parte da barreira, próximo às mediações de um restaurante, veio a desabar (Figura 2). Partindo deste acontecimento, inicia-se um processo contínuo de deslizamento de terra na área, tornando-se frequente o desprendimento do barranco, avançando assim, significativamente, em direção as casas e prédios existentes nos arredores.

Para uma melhor compreensão sobre a gravidade do problema em questão, no ano de 2017, através da Portaria Nº 48 de 12 de abril do corrente ano, publicada no Diário Oficial da União, o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil decreta e reconhece situação de emergência no município de Óbidos, especificamente, na área da barreira, apontando as enxurradas e o mau uso do espaço como causa do dilema ambiental vivido. Porém, tal acontecimento não repercutiu em movimentações em torno da área, dado que nada foi feito sobre esta, nem ao menos o isolamento do espaço pelos órgãos competentes locais.

No decorrer dos anos é possível ainda identificar fatores que influenciaram no processo de degradação da área, sendo estes marcados pela presença humana desordenada, representada na edificação de prédios e habitações, bem como no início de um processo de desmatamento acelerado, cujo objetivo, aparentemente, configura-se em uma questão estética, com ênfase no acúmulo de recursos. Por esse viés, Rezende e Oliveira afirmam que:

No modo de produção capitalista, a relação homem/natureza em sociedade/natureza têm tomado novas configurações, sendo estas conflituosas, de exploração dos recursos disponíveis. Em decorrência dessa relação, integração x exploração, é que se observa o início da acumulação de bens e que aos poucos vão se tornar valores com vistas à acumulação de capital (2010, p. 2).

Acompanhando o posicionamento dos autores, nota-se a depreação em massa que vem ocorrendo nestes espaços, configurando-se como verdadeiros desastres, naturais do ponto de vista ambiental e intencional na perspectiva humana. Dessa forma, sabendo que, a priori, trata-se de um espaço perigoso, localizado às margens de um rio, e sendo este um fenômeno natural

que ocorre na Amazônia, o de terras caídas, o que leva um ser humano a edificar grandes construções nos limites de um barranco? Tal questionamento nos direciona a uma reflexão crítica em torno da problemática encontrada, servindo, imediatamente, de alerta para a sociedade, e buscando meios de promover a conscientização ambiental nestes sujeitos.

Portanto, após observações realizadas, é visível que os deslizamentos continuam avançando, oferecendo perigo constante, pois, como o município possui certo declive, às águas das chuvas são direcionadas à barreira, deixando o solo encharcado e, assim, contribuindo em seu desgaste. Aliado a essa problemática, a força das águas do rio (remanso), em período de cheias, ao bater no barranco, acaba sedimentando as rochas, bem como pela atracação de grandes embarcações na área, causando um impacto em sua estrutura originária.

A ocupação humana desordenada corrobora a essa problemática, cujas ações estão representadas por suas condutas inapropriadas em relação ao meio ambiente, como: o acúmulo e despejo de lixo no entorno da barreira, o desmatamento da vegetação nativa, as queimadas provocadas, o vandalismo em obras preventivas realizadas, entre outras. Logo, tais acontecimentos demonstram uma difícil relação entre ser humano e natureza, distanciando-se de uma necessária conscientização ambiental no contexto obidense (OLIVEIRA, 2012).

Soma-se a isso, a incipiência do poder público na formulação de políticas e/ou estratégias que contribuam no enfrentamento a problemática apresentada, sendo visível o descaso com relação aos trabalhos que poderiam ser realizados de forma preventiva. Diante da grandeza de riscos em torno dos deslizamentos de terra, torna-se urgente a criação de uma Área de Proteção Permanente (APP), cuja finalidade resulte na criação de alternativas protecionistas e assistencialistas, sendo a medida mais sensata a ser adotada para a respectiva realidade, dado que vidas humanas encontram-se ameaçadas pelo constante perigo, também proveniente da ação desenfreada do homem sobre o ambiente. A figura seguinte, referente ao ano de 2019, mostra a primeira residência tombada pelo deslizamento de terra em Óbidos/PA.

Figura 3 – Residência tombada pelo desabamento de um trecho da Barreira de Óbidos em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Ao contemplar o acidente exposto na Figura 3, surge uma questão sobre o possível culpado da problemática ambiental local, nesse caso, criando uma dualidade entre o homem e a natureza. Afinal, tal acontecimento é resultante de uma ação natural ou humana? Logo, acredita-se, indubitavelmente, que o grande responsável é o homem, pois, ao erigir construções, desmatar a vegetação, bem como encher de lixo os arredores da área, dá-se início ao processo de degradação, transformando esse vital espaço em um setor de perigo constante. Contraditoriamente a estas práticas, Rauber e Neto (2012, p. 124) afirmam que a educação ambiental precisa “[...] levar o indivíduo a desempenhar seu papel como cidadão responsável pelo meio ambiente e pela sociedade [...]”, cabendo a estes o dever de proteger e preservar a naturalidade existente para as vindouras gerações, e não destruí-la.

Quanto à questão do acúmulo de lixo existente nas proximidades, este se torna um dos contribuintes para o desabamento da barreira, já que, em sua maioria, o lixo pode ajudar transformando-se em adubo para o solo. Porém, nesse caso específico, o mesmo está ocasionando a morte da vegetação nativa, através do processo de eliminação do chorume, líquido que escorre dos materiais quando exposto ao calor, poluindo assim, a naturalidade vegetal e mantando árvores que durante anos serviram de sustentação para o grande e pesado solo que comporta a barreira de Óbidos/PA. Diante disso, no tópico seguinte discutiremos possibilidades interventivas em torno dos problemas mencionados no *locus* do estudo.

3 ATUAÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DE PEDAGOGOS: CAMINHOS À CONSCIENTIZAÇÃO E O EMPODERAMENTO POPULAR

Com foco no alcance da alteridade (conscientização) e do empoderamento popular em torno de problemáticas ambientais, resgatando um sentido crítico-reflexivo sobre a própria realidade, um grupo de acadêmicos de Pedagogia, da UFOPA/Campus Óbidos, no período de 2017 a 2019, desenvolveram algumas ações de cunho interventivas diante da questão da Barreira de Óbidos, englobando uma série de agentes sociais no processo. Estas ações estão constituídas em passos, ou seja, uma espécie de percurso indicativo que visa à construção coletiva de um posicionamento crítico sobre a realidade, partindo da compreensão para a intervenção social, culminando na cobrança, junto ao poder público, pela efetivação de direitos. Tal exercício é de grande relevância para estes Pedagogos em formação, pois:

As crises ambientais causadas pelo ser humano provocam a alteração da natureza com dimensões globais que provocaram medidas governamentais e não governamentais, além de se constituírem como objeto de estudo para a ciência, trazendo questões epistemológicas, metodológicas, éticas e políticas que podem ser inseridas nos projetos pedagógicos curriculares dos cursos de Licenciatura visando à formação de professores nas Universidades (BARBA; CAVALARI, 2018, p. 283).

No cerne das ações realizadas, o primeiro passo se deu pelo levantamento de informações e visitas na área da Barreira de Óbidos, a fim de obter dados reais do problema e, por meio de registros fotográficos, constituir um pequeno acervo sobre a periculosidade desta para o contexto social local. Por meio de direcionamentos, os acadêmicos puderam refletir acerca da questão ambiental, especificamente, na realidade amazônica, observando, além da má administração do espaço, a presença de fenômenos naturais típicos da região, como o de terras caídas⁵, bem como a condição de perigo, conforme explícito na figura 4.

Figura 4 – Visitas dos acadêmicos de Pedagogia na área da Barreira de Óbidos (2017-2019).



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Realizadas as visitas no *lócus* do estudo, construiu-se um relatório descritivo contendo observações, análises e proposições sobre o problema ambiental contemplado, envolvendo, além da percepção dos pesquisadores, o relato de moradores antigos e atuais em torno do tema e como este vem agravando-se no decorrer dos anos. Nas falas dos entrevistados é possível vislumbrar alguns fatores da ação humana que corroboraram a esta problemática e o descaso do poder público para com esta, conforme descrito por dois sujeitos locais.

Teve um ano que ao realizarem a festividade desviaram o esgoto para a barreira, ou seja, toda a água era despejada em direção a ela. Pouco menos de uma semana, um grande trecho caiu. Além disso, todo dia chega um carro e desce alguém como um saco de lixo e joga naquele local. Então, eu vejo que isso vai contribuindo para que a barreira venha a cair. E o pior de tudo é que somos nós que corremos perigo, moramos aqui ao lado, o barranco já está quase no meu quintal (W. S. R, 2018).

⁵ Fenômeno natural típico da Amazônia, relacionado ao processo de erosão das encostas de terras às margens do rio, especificamente, por tratar-se de um tipo de solo frágil que diante da pressão das águas acaba rompendo.

Essa é uma questão que vem se agravando ano após ano, caindo terras, árvores e causando pânico aos moradores. Apesar de tudo, ainda não interditaram essa área. É muita gente que anda por aí. Construíram aquela praça próxima ao barranco para conter o problema, mas só fez piorar por que teve desmatamentos da vegetação. Estamos desassistidos pelos governantes, essa é a verdade (N. F, 2018).

O segundo passo consistiu na primeira apresentação pública do estudo e dos resultados parciais em um evento acadêmico-científico realizado no município, contando com a participação de vereadores, pesquisadores, professores e demais representantes da sociedade civil. No presente momento, ocorrido em julho de 2018, a exposição de registros fotográficos e as discussões sobre as falas dos entrevistados e a percepção dos pesquisadores sobre a problemática, chamaram atenção dos presentes quanto à gravidade desta no contexto social local, escancarando a imagem de descaso do poder público, pela inexistência de ações e políticas governamentais. A figura seguinte representa o momento da exposição pública.

Figura 5 – Primeira exposição pública do estudo sobre a Barreira de Óbidos em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

No terceiro passo, após ouvir as contribuições dos participantes do evento, os acadêmicos partiram para um estudo sistematizado de legislações e políticas públicas de cunho ambiental vigentes no país, especificamente, na região amazônica, construindo um segundo relatório para ser entregue as autoridades locais e exposto em uma sessão na tribuna popular da Câmara Municipal de Vereadores. Desta vez, o foco não estava em incutir reflexões, mas sim em cobrar medidas preventivas em torno do problema identificado na área do estudo, dado que, de acordo com o Artigo 3º, inciso I, da Lei Nº 9.795/1999, compete ao poder público “[...] definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

O quarto passo se deu, inicialmente, na produção de um documentário sobre a Barreira de Óbidos, reunindo uma série de imagens e relatos de moradores quanto ao problema

enfrentado, cujo material será ainda disponibilizado na internet, seguido pela criação de uma página eletrônica⁶ no Facebook, iniciativa esta que prevê a divulgação de informações e consultas públicas a comunidade local sobre o objeto investigado.

Por fim, o quinto passo, ocorrido em 2019, se efetivou na criação de um projeto com algumas propostas de contenção para o problema da Barreira de Óbidos, apresentando possibilidades de resolução deste com baixo custo e com matérias presentes na região. Para esta fase, o estudo contou com a colaboração de engenheiros ambientais, biólogos, técnicos em floresta e geólogos, cujas contribuições deram origem ao “Projeto Salve a Barreira de Óbidos”, que foi apresentado à comunidade em um evento realizado pela UFOPA/Campus Óbidos em 2019, junto com os materiais produzidos, conforme em destaque na Figura 6.

Figura 6 – Exposição pública pelos acadêmicos do Projeto Salve a Barreira de Óbidos em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de ajustamento, objetivando divulgar pelos canais de comunicação todos os materiais produzidos para, em seguida, colher assinaturas em prol deste e entregá-lo aos órgãos competentes, realizando o acompanhamento da apreciação e possível implementação a nível local. Ressalta-se ainda que, diante das ações já realizadas, alguns efeitos surgiram no *locus* do estudo como, a exemplo, a interdição de prédios históricos e construções localizadas nos arredores da barreira, assim como a realização de limpezas frequentes na área, diminuindo a grande concentração de lixo. Portanto, no que pese a importância da Educação Ambiental para a transformação social, destaca-se que:

É importante pensar um novo cenário, de envolvimento, participação e pertencimento ao que concebem como meio ambiente, para que ocorra valorização do saber local com vistas às especificidades do espaço/lugar vivido e experienciado. Dessa maneira, a Educação Ambiental pode ir além do ensino formal despertando para a criticidade, transformação e emancipação dos grupos sociais (RAUBER; NETO, 2012, p. 135).

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/pauxis.barreira.7>

O investimento em ações que incentivem a população a lutar em prol de seus direitos, tornando-os reivindicadores e críticos frente a uma realidade fragmentada, tornou-se o principal compromisso assumido no referido projeto e em todas as ações desenvolvidas em Óbidos/PA, guiando-se na perspectiva da alteridade e do empoderamento, cujos termos integradores visam conciliar uma atuação pedagógica a um problema de ordem social existente (CONTRERAS, 2012), sendo, nesse caso, uma desordem ambiental.

No que concerne à alteridade ambiental, o objeto central consiste no despertar de consciência diante da problemática vivenciada pelo outro, de forma que, o “eu” consiga penetrar nas mazelas que circundam a realidade de outros indivíduos, tornando-os compadecidos e solidários (CAMPOS; CAVALARI, 2017). Deste modo, o “eu” assume tais desafios para si, de forma que passa a lutar em prol da garantia do direito do outro. E, assim, ao tratar sobre a Barreira de Óbidos, torna-se fundamental a consolidação de uma alteridade ambiental, visando confinar novos atores a esse processo de enfrentamento social.

Nessa perspectiva, as escolas e universidades assumem uma responsabilidade enorme, de forma que, por meio dos conhecimentos repassados, consiga levar a população o acesso aos direitos existentes, para que os mesmos reivindiquem melhorias junto ao poder público. Sobre o alcance de uma Educação Ambiental aliada à alteridade, Campos e Cavalari (2017, p. 1) destacam que para a promoção da emancipação e transformação social é necessário “[...] estabelecer relações diversas de empoderamento em todos os envolvidos [...]”.

O termo empoderamento, cuja finalidade é conferir poder a indivíduos ou grupos sociais, de forma que, conquistem uma autonomia necessária para lutar em prol de seus direitos (FREITAS, 2016), torna-se fundamental na parceria com entidades de cunho educativas, formal e não formal, para sua concretização perante as desigualdades sociais. Nesse caso, levar o conhecimento do problema da Barreira de Óbidos e as possíveis possibilidades existentes deve ser a tarefa inicial de uma longa empreitada em prol da preservação e de maior atenção pelos órgãos competentes e para a integração de cidadãos dotados de direitos públicos, porém, distanciados destes por mecanismos excludentes no país.

Empoderar a população é fundamental para que esta se organize coletivamente, cumprindo seu papel na busca pela aplicabilidade de direitos, como normas legislativas que assegurem os bens básicos fundamentais a manutenção da vida, incluindo a preservação de sua história, presente também nos espaços ambientais. Para Freitas (2016), o empoderamento das classes sociais menos favorecidas torna-se o alavancar de uma nova história, centrando-se na busca e na mobilização popular em prol de uma necessidade existencial.

Portanto, consolida-se a importância da Pedagogia e da Educação, diante de sua

contribuição aos problemas da sociedade, garantindo assim, uma nova visão (crítica-reflexiva) frente a um grave problema ambiental existente em Óbidos/PA, investindo em cobranças e anseios em torno dos direitos sociais, os quais são garantidos perante a lei, porém, em sua maioria, são concedidos a uma pequena parcela de indivíduos, deixando os demais de fora da assistência governamental. Pensar a Educação Ambiental na Amazônia é ir além da transmissão de meros conteúdos, trata-se de adentrar em um mundo de possibilidades interventivas em prol da transformação social, pois, entende-se que:

[...] as questões socioambientais nesta era contemporânea, evidenciem-se cada vez mais com discussões na sociedade, sendo necessária a inserção da temática nos currículos de licenciatura no Ensino Superior de modo geral. Contudo, ainda é importante que ocorra uma maior inerdisciplinabilidade por meio da Educação Ambiental crítica [...] (BARBA; CAVALARI, 2018, p. 306).

Na contemporaneidade, a figura do Pedagogo ultrapassa as tradicionais barreiras da sala de aula, alçando novos campos de atuação, até mesmo no ambiente externo à escola. Tudo isso em uma tentativa de ampliação de um campo profissional que vem crescendo nos últimos anos, recaindo sobre este uma série de exigências da Sociedade do Conhecimento.

Projetar o Pedagogo na temática ambiental é de suma importância para o alcance de um trabalho significativo de reflexão, ação e transformação de uma sociedade corrompida, em prol de uma cidadania usurpada e de uma possível luta de recuperação de direitos cerceados pelos ditames neoliberais deste século, uma vez que “[...] os desafios relacionados ao saber ambiental devem ser pensados por meio dos saberes e de um currículo que privilegie a construção da educação ambiental na Universidade” (BARBA; CAVALARI, 2018, p. 286).

No entanto, o cenário amazônico está incluso na condição de abandono junto ao poder público, na carência de ações que estimulem a conscientização e o empoderamento popular dos ribeirinhos e demais povos que aqui residem. Quer dizer, os únicos avanços que se dão dizem respeito à implantação de projetos de exploração dos recursos naturais e que culminam no enriquecimento do capital. O fato é que, preocupa-se tanto em acordos de cooperação internacional que visam projetar o desenvolvimento local, porém, os únicos beneficiados são os detentores do poder, deixando populações largadas ao abandono social.

Portanto, a relação entre o Pedagogo e a Educação Ambiental na Amazônia tende a ser positiva no sentido da formulação de novas possibilidades interventivas em prol do desenvolvimento regional consciente e sustentável, pautado na emancipação e integração dos sujeitos sociais. Porém, mesmo construindo as bases vitais de um projeto de reivindicação de direitos, ainda sim é necessário romper com os paradigmas neoliberais que estão à frente de

toda e qualquer iniciativa pensada para a região. É preciso superar esta condição social.

Pelo estudo é possível mostrar que qualquer profissional, esteja ele atuando em prol do bem comum, poderá contribuir na resolução de problemas, visando à transformação social local. O fato é que não precisamos mais de políticas figurativas, “da boa intencionalidade”, mas de ações concretas que garantam cidadania a todos os presentes na Amazônia Brasileira.

4 CONCLUSÕES

Inicialmente, os resultados revelam a incipiência do poder público na formulação de políticas de cunho protecionista e assistencialista em uma área ambiental em avançado processo de degradação e riscos rotineiros, destacando a figura do Pedagogo no alcance da conscientização e empoderamento popular, tornando-o um agente transformador de uma realidade sucumbida à ação do tempo e ao massivo e excludente sistema capitalista.

Em Óbidos, diante do perigo que a área da barreira vem oferecendo para a população, é de suma importância que se construam propostas interventivas que possam suprir as necessidades reais, visando à edificação de práticas e valores éticos perante a natureza.

O estudo é relevante no sentido de incutir reflexões, contribuindo para mudanças na forma de ver e atuar sobre o problema investigado, pois, muito mais do que discursos ideológicos, precisamos de resultados, ações e condições propícias de vida. Daí reluz o compromisso com a garantia e preservação de valores humanos e éticos no meio social. Esse foi o motivo que levou o grupo de Pedagogos a debruçarem-se nessa desafiadora empreitada.

Infelizmente, os caminhos trilhados pelos condutores das políticas públicas brasileiras nos últimos anos nos colocam numa dúbia condição ideológica a mercê dos interesses neoliberais e ideológicos do Estado, a serviço de uma educação excludente e celetista. Romper com esta visão é o primeiro passo para a transformação social que tanto almejamos.

THE PEDAGOGUE AND THE “ENVIRONMENTAL” ISSUE IN THE AMAZON

ABSTRACT

The study aims to analyze the role of Pedagogue in contemporary times from the perspective of Environmental Education in the Amazon region of Brazil, starting from socio-educational interventions carried out by Pedagogy students from the Federal University of Western Pará in the municipality of Óbidos / PA. Among the proposed objectives, we sought to historicize environmental problems and their effects on the investigated locus; and systematize the interventions carried out, focusing on the relationship between man and nature and on reaching environmental awareness and popular empowerment, adding to the discussions around public policies in this process. The analyzes carried out are the result of a field research, the results of which reveal the incipience of the public authorities in the formulation of protectionist and welfare policies in an environmental area in an advanced process of degradation and routine risks. They also affirm that the Pedagogue assumes great importance in the awareness and popular empowerment, this being a transforming agent of a reality succumbed to the action of time and the massive and exclusive capitalist system. In this way, environmental education constitutes an important step in realizing the figure of the Pedagogue as one of those responsible for the social development and preservation of the rights of the least favored, especially in the Brazilian Amazon amidst its singularities. **Keywords:** Environmental education; Public Policies in the Amazon; Amazonian reality.

REFERÊNCIAS

BARBA, Clarides Henrich de; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. A temática ambiental na formação de professores nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Rondônia: um estudo de caso no Campus de Porto Velho. **Revista Exitus**, v. 8, n. 3, set./dez., 2018, p. 280-309. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/647> Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. **Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Brasília, DF: Senado, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em: 05 abr. 2020.

CAMPOS, D. B.; CAVALARI, R. M. F. “Empoderamento” e Educação Ambiental: estabelecendo relações. *In: IX Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*. Juiz de Fora, 2017, p. 1-9. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0160.pdf Acesso em: 31 mar. 2020.

CONTRERAS, H. S. H. Conscientização e empoderamento: a crítica da educação popular ao capital social. *In: IX ANPED SUL*. 2012, p. 1-16. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/3004/192> Acesso em: 09 abr. 2020.

FREITAS, Ana. **A origem do conceito de empoderamento**: a palavra da vez. Nexojornal, 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez> Acesso em: 08 abr. 2020.

OLIVEIRA, T. P. L. Alteridade Ambiental: a busca de uma relação vinculante entre o sujeito e o ambiente. *In: CONPEDI*, 2012, p. 770-783. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/tangre_paranhos_1eite_oliveira.pdf Acesso em: 02 abr. 2020.

RAUBER, Sinóvia Cecília; NETO, Germano Guarim. Percepção ambiental de um grupo de moradores de Sinop-MT: reflexões sobre o vivido e o porvir. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, jan./jun., 2012, p. 123-138. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/617/0> Acesso em: 13 abr. 2020.

REZENDE, V. A.; OLIVEIRA, D. E. R. Capitalismo, relação homem-natureza e educação: reflexões sobre a crise socioambiental. *In: IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. UFS, 2010, p. 1-15. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10352/243/243.pdf> Acesso em: 08 abr. 2020.

SATO, Michele. A educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais. *In: FERRARO, Luiz (Org.). Encontros e Caminhos: Formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, MMA, 2005, p.35-46.

Sites consultados:

IBGE. **Panorama de Óbidos-Pará**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/obidos/panorama> Acesso em: 08 abr. 2020.

Recebido em 13 de abril de 2020. Aprovado em 14 de agosto de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.